



Eixo: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

Sub-eixo: Ética, Direitos Humanos e enfrentamento das expressões cotidianas da alienação e da barbárie.

O SERVIÇO SOCIAL E AS MÍDIAS ALTERNATIVAS: A NECESSIDADE DA ARTICULAÇÃO COM AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

JÉSSICA DEGRANDI SOARES¹

Resumo: Trata-se de um artigo que emerge da revisão bibliográfica de um processo de pesquisa no âmbito do mestrado acadêmico em Política Social e Serviço Social que teve como objetivo analisar de que maneira as rádios comunitárias promovem programas radiofônicos informativos sobre políticas sociais que visam o acesso à informação e a potencialização dos direitos sociais aos/as ouvintes. Considera-se que a partir do referencial utilizado que a interlocução do serviço social com as mídias alternativas pode-se constituir enquanto um espaço de enfrentamento e de defesa dos direitos sociais, evidenciando a necessidade de se fomentar a discussão sobre a articulação destas áreas.

Palavras-chave: Serviço Social; Comunicação; Mídias Alternativas; Rádios Comunitárias.

Resumen: Se trata de un artículo que emerge de la revisión bibliográfica de un proceso de investigación en el ámbito del master en Política Social y Trabajo Social, que tiene como objetivo analizar de que manera las radios comunitarias promueven programas radiofónicos informativos sobre las políticas sociales que miran el acceso a información y la potencialización de los derechos sociales a los/las oyentes. Se considera que a partir del referencial utilizado, que a interlocución del trabajo social con los medios alternativos puede-se construir mientras un espacio de enfrentamiento de defensa de los derechos sociales, evidenciando la necesidad de fomentar la discusión sobre la articulación de estas áreas.

Palabras Claves: Trabajo Social; Comunicación; Medios alternativos; Radios comunitarias.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos na realidade brasileira a condição da desestruturação das políticas sociais, e conseqüentemente, a precarização da vida da classe trabalhadora. Porém, a retirada dos direitos se constitui enquanto uma necessidade do sistema capitalista e é por isso que partimos da perspectiva de que a resistência através da luta da classe trabalhadora é necessária e deve ser constantemente reforçada por todos os setores que vivenciam diariamente a realidade da destituição dos direitos sociais em prol do capital. Com isso,

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail:<jessicadegrandi.soares@gmail.com>

compreendemos que o Serviço Social enquanto formação, pesquisa e profissão deve compreender as expressões da questão social que incidem na vida da classe trabalhadora.

Na necessidade de pensar as lutas sociais que emergem da relação entre o capital e o trabalho, fez com que a categoria de assistentes sociais a partir das suas entidades representativas se aliasse as bandeiras de luta dos movimentos sociais. Dentre as defesas da categoria, podemos perceber o envolvimento com questões como: o combate ao racismo, à LGBTfobia, a defesa da seguridade social, da legalização do aborto, da democratização da comunicação, dentre outros. Assim, a categoria compreende que a defesa da democratização da comunicação possibilita a análise crítica do Serviço Social para com os meios de comunicação tradicionais, como a televisão e o rádio comercial que integram o oligopólio das mídias, pertencentes à classe dominante e que conseqüentemente se constituem enquanto ferramentas de perpetuação de produção e reprodução do capital.

Nessa condição, o Conjunto CFESS/CRESS se soma a luta pela democratização da comunicação, juntamente com o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) para pautar a regulação da mídia, a partir de uma reestruturação das concessões públicas de sinal de rádio e TV para empresas privadas que perpetuam discursos da classe dominante e que se mostram ferramentas indispensáveis para a produção e reprodução do capital. Neste mesmo sentido se desenvolvem as mídias alternativas

Na contramão das mídias tradicionais se desenvolvem as mídias alternativas que ganham força principalmente pelo advento das novas tecnologias, porém a caminhada dessas mídias ocorre há muito tempo, e como as lutas sociais, se constituem juntamente com os movimentos de resistência, nesse sentido as rádios comunitárias, sendo estas legalizadas ou não, se mostram ao decorrer do referencial bibliográfico enquanto espaços que permitem a potencialização e a articulação da classe trabalhadora, tendo como característica a sua comunidade e a realidade local onde estas rádios estão inseridas. Porém, como os diversos campos da comunicação, principalmente as rádios comunitárias vivenciam a realidade do chamado coronelismo

eletrônico e muitas vezes acabam sendo subordinadas à lógica das emissoras comerciais.

Com isso, buscamos a partir desta produção discorrer sobre as potencialidades das rádios comunitárias enquanto mídias alternativas fomentando a importância da articulação do Serviço Social no entendimento de que estas rádios podem ser consideradas espaços estratégicos para o fortalecimento dos direitos sociais e da articulação da classe trabalhadora.

2. A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E A COMUNICAÇÃO

As produções que envolvem o Serviço Social com a temática da comunicação ainda são mínimas, mas trazem questões extremamente pertinentes para a profissão. Tratando sobre a relevância para o Serviço Social discorreremos a partir de alguns autores tais como: Sales, (2011); Ruiz, (2011); Espíndola, (2011); Figueiredo, (2011); Correia, (2011); Braz, (2011), entre outros, que abordam a relação entre a comunicação e a profissão, mesmo não sendo uma literatura vasta, essa relação entre as temáticas se consolida dentro da profissão.

Prova da articulação da categoria profissional compreender essa realidade se traduz a partir da Política de Comunicação do conjunto CFESS/CRESS que atualmente está na sua terceira edição. Esta política foi construída a partir dos encontros da categoria e desenvolvida com eixos fundantes nos princípios éticos da profissão. Segundo Braz (2011), estes eixos são principalmente evidenciados na política de fiscalização do conjunto, e que com o tempo foi se instituindo a necessidade de se pensar a comunicação enquanto um direito humano e a democratização da comunicação. “A primeira e a segunda versão, publicadas respectivamente em 2007 e 2011, foram documentos de grande importância e serviram de acúmulo para a construção da nova política” (CFESS, 2016, p. 01). O Conselho Federal de Serviço Social apresentou em 2016 a terceira edição da Política de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS, a partir da 44º Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS.

O conteúdo que constitui a política foi debatido entre os Conselhos Regionais de Serviço Social e o Conselho Federal, onde a partir de uma construção coletiva, compreendeu-se por unanimidade a necessidade de se pensar estratégias para “potencializar a produção e a socialização de informação entre os CRESS e o CFESS e destes com a categoria e a sociedade, na direção de reafirmar o projeto ético-político profissional”. Porém os objetivos do Conjunto a partir da política ultrapassam o fazer profissional e a operacionalização das comissões de comunicação (integradas por assessores de comunicação e assistentes sociais) que compõe os CRESS e o CFESS.

Na necessidade de se pensar a totalidade que envolve a comunicação e de pensar o projeto ético-político dos assistentes sociais que ultrapassa o fazer profissional, a Política de Comunicação reitera o compromisso com a sociedade e com as lutas sociais em prol da classe trabalhadora. Nessa perspectiva o CFESS se uniu ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e inseriu em suas bandeiras de luta a democratização da comunicação.

Para além do debate no âmbito do fazer profissional pautado pelo conjunto CFESS/CRESS, outras instâncias representativas da categoria construíram e constroem o debate sobre a temática da comunicação. Neste processo de busca por produções desta temática no âmbito do Serviço Social, destacamos a obra “Mídia, Questão social e Serviço Social” (2011) que trata de temáticas que envolvem o debate da interlocução do Serviço Social com a comunicação.

Podemos dizer que esta obra enfatiza o quanto o debate sobre os meios de comunicação perpassa o pensar a profissão e constituem esse processo. Na apresentação da obra, Sales e Ruiz (2011) falam sobre a origem do livro, onde a partir da necessidade de debater a comunicação foi desenvolvido o curso de extensão “Mídia, Questão Social e Serviço Social” que foi uma ação conjunta entre o CFESS e o CRESS do Rio de Janeiro, os autores tratam que a ação extensionista objetivava debater para além do reconhecimento da importância da comunicação pela categoria, também desafios, como:

a) o de apreender os processos socioculturais e políticos que fazem com que as expressões da questão social sejam invisibilizadas ou criminalizadas pela mídia nacional; e b) o de reconhecer que a imagem pública do Serviço Social ainda destoa do perfil apontado pelo projeto ético-político da profissão no país (2011, p. 26).

Assim, o que se pensava a partir dessas necessidades da categoria iam ao encontro com a questão social e como esta é repercutida no âmbito midiático, como o Serviço social é visto pela sociedade e como estes processos envolvem a profissão. Os autores abordam a condição da questão social ser vista a partir do entendimento da “questão policial”, onde a parte policial que veicula nos meios de comunicação parece estar completamente desalinhada das expressões da questão social, sendo que estas são as próprias expressões. Considerado pelos autores também, está a necessidade de compreender a potencialidade da mídia enquanto “objeto de questionamento e de militância político-profissional potenciais” (2011, p. 28). Figueiredo (2011) trata sobre a *mobilização social* enquanto uma estratégia para a transformação social, pois “desenvolver um trabalho que considere a mobilização social enquanto recurso de trabalho é encontrar possibilidades, na era das comunicações, para viabilizar a informação como um direito inalienável e a democracia como um valor” (2011, p. 342). E nessa perspectiva se compreende que o Serviço Social deve assumir e incentivar a importância da mobilização dos sujeitos tanto usuários que acessam as políticas sociais como trabalhadores das próprias políticas, pois é necessário envolver o que há de comum entre esses sujeitos, e para essa mobilização é necessário pensar instrumentos de alcance como são as mídias alternativas, cada vez mais utilizadas pelos movimentos sociais. Correia (2011) refere que:

Mais do que respostas preestabelecidas, lançamos aqui, ainda que superficialmente, questionamentos sobre o papel da comunicação na construção de um projeto societário sustentado nos princípios da Liberdade, Democracia, Cidadania e Justiça Social. Na medida em que estabelecemos alianças políticas com setores sociais que compartilham dessa utopia, esse debate é imprescindível para a formação e atualização profissional em Serviço Social (2011, p. 359).

Assim, compreendemos que para além de o Serviço Social acompanhar os meios de comunicação e também ser um produtor e reproduzidor dos debates que advém do âmbito midiático, isso porque é um trabalhador inserido no mundo do trabalho como qualquer outro, e que vivencia as contradições dentro do seu fazer profissional, mas que também é um profissional que deve pensar

a articulação entre os meios de comunicação e a sociedade, pensando as potencialidades e a necessidade de reflexão sobre esses meios de comunicação. Correia (2011) a partir dessa condição de compreensão e ação no âmbito da comunicação traz o debate sobre a cidadania nesse processo, onde aborda a construção dos direitos civis, políticos e sociais através do processo histórico da humanidade, mas que não são garantidos em sua totalidade, principalmente por serem direitos que sofrem interferência e interferem na realidade social, ou seja, cada povo precisa conquistar esses direitos. Um exemplo trazido pela autora é o direito à educação, pois este “interfere no *status* da cidadania, na medida em que é essencial ao processo de educação, ao acesso democrático à informação e aos recursos do aprendizado no seu sentido mais amplo” (CORREIA, p. 363).

Da condição da mobilização social Braz (2011) traz as suas contribuições ao elucidar que: “a disputa entre projetos societários passou a depender cada vez mais delas [formas de comunicação], tornando-as instrumentos obrigatórios e decisivos da luta política” (p. 376). Assim o autor desperta o debate para dois âmbitos, no caso, do lado da burguesia que sempre utilizou os meios de comunicação de massa como maneira de manter-se enquanto classe dominante, e por outro lado, os meios de comunicação contra-hegemônicos que são produtos desenvolvidos pela classe trabalhadora organizada politicamente, para se opor ao conteúdo das mídias de massa. Um dos exemplos a ser citado dentro destes meios utilizados pela classe trabalhadora é o *Iskra*, jornal criado por Lênin enquanto instrumento de fortalecimento da luta dentro da Rússia, segundo o autor “em todos eles, evidenciou-se que os meios de comunicação são, na verdade, *meios de disputa de hegemonia*”.

O debate midiático configura-se interessante como estratégia, porque contribui justamente para a ruptura da e do isolamento, por meio do engendramento de uma resistência nacional e também internacional, via *redes de comunicação descentralizadas e projetos de comunicação alternativa*, contra a crise de civilização que atravessamos. (2011, p. 29).

É nesta perspectiva que impulsionamos e desenvolvemos o debate sobre as rádios comunitárias, pensando as potencialidades destas dentro de suas comunidades e feitas por suas comunidades. A partir dessas análises

também se compreende a importância de os profissionais de Serviço Social se inserirem no debate sobre as transformações tecnológicas da informação, pensando o uso das diferentes mídias, isso implica em profissionais que trabalham com as expressões da questão social, também falarem sobre elas e elucidarem para a população de maneira responsável sobre direitos sociais, da importância da mobilização, do olhar crítico para as questões que envolvem violência e pobreza, saindo de uma lógica que legitima o senso comum e que viola direitos. Esse movimento que deve ser feito por aqueles que trabalham com estas questões faz com que seja passada para a sociedade como um todo um pensamento crítico e uma análise da realidade que emerge a partir da relação entre o capital e o trabalho.

Salles (2011) trata sobre o fetiche da relação entre dinheiro e mercadoria que é tratado por Marx em *O Capital*, entendendo que a relação entre exploração do trabalho e produção do valor, se intensifica na contemporaneidade a partir do processo de alienação, onde a invisibilização dos processos de produção dentro da sociedade de consumo ocorre de maneira exacerbada. Os meios de comunicação neste processo são parte importante dessa invisibilidade, pois os *media* se apropriam das chamadas *consciências coletivas*, incidindo na dimensão social e educativa. Ruiz (2011) aborda a evolução da comunicação de massas tratando de regimes como o nazismo, onde Hitler se preocupava em ter um Ministério da Informação Pública e da Propaganda, medida que também foi adotada por presidentes como Getúlio Vargas e outros.

Salles (2011), Ruiz (2011), Figueiredo (2011), Braz (2011) também tratam sobre o debate sobre o âmbito da mídia, da esfera pública e da democracia, enfatizando o lugar dos meios de comunicação dentro da sociedade capitalista e da incidência desse oligopólio em âmbito mundial, que incide diretamente na constituição desta esfera pública. O debate da produção de conhecimento do Serviço Social para o viés da comunicação perpassa o entendimento de que o oligopólio midiático que para além do Brasil, também é uma realidade mundial, faz com que se vivencie a condição da subalternização da classe trabalhadora e a criminalização das movimentações que partem dela,

ou seja, as expressões da questão social que se enfatizam na realidade social se mostram constantemente criminalizadas e/ou invisibilizadas pelos meios de comunicação pertencentes à classe dominante.

O debate dos direitos humanos e da compreensão de que a comunicação é um direito humano é tratado por Ruiz (2011), onde o autor trata sobre o processo histórico da consolidação desses direitos, e que a centralidade da conquista destes é constituída a partir da luta histórica da classe trabalhadora. O autor trata sobre experiências positivas a partir da luta pela comunicação enquanto um direito humano, como é o caso da Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI), que acompanha o trabalho realizado pelas mídias de massa no Brasil em conteúdo que envolva crianças e adolescentes, e também na classificação indicativa da programação radiodifusora, também experiências que envolvem jornalistas, professores e pesquisadores da área de direitos humanos que lutam por uma comunicação que não viole os direitos humanos, o debate sobre o software livre e inclusão digital, que é uma iniciativa que luta pela democratização da internet, ou seja, o autor evidencia que no Brasil muitos movimentos sociais e ONGs lutam por esse direito e que ao SS cabe se aliar a essas frentes de luta.

Neste contexto, tratar sobre os meios de comunicação e trazer a centralidade da questão social e de suas expressões e ao mesmo tempo envolver este debate com o código de ética profissional e o projeto ético-político são trazidos nas literaturas destacadas nesta produção, como é visto em Salles (2011), Correia (2011), Braz (2011).

Correia (2011) neste aspecto destaca os princípios do código de ética e a universalização do acesso a bens e serviços dentro deste processo. Aborda assim, que assumir a importância da comunicação é parte importante da ampliação da garantia do direito à informação para os sujeitos e atores sociais. Essa defesa garante o fortalecimento da luta por direitos sociais e pelas políticas sociais e públicas, incidindo no debate sobre o controle social. Correia aborda que a partir da construção desse pensar o aspecto educativo de ações que envolvem os direitos e dentro destes a educação, também fortalecer algumas ações como: “adotar uma relação pedagógica baseada na discussão

crítica do processo de ensino-aprendizagem e do tripé Pesquisa-Extensão-Ensino”; incentivar e inovar em projetos interdisciplinares envolvendo áreas diferentes dentro do âmbito acadêmico, incidindo assim no processo de formação de futuros assistentes sociais; a produção de materiais informativos com linguagem acessível que efetive seu alcance à todos e todas; e o fomento da participação de assistentes sociais nos órgãos representativos da categoria trabalhando conjuntamente com outras profissões no desenvolvimento de materiais que fortalecem a posição da categoria frente aos debates travados dentro dela.

Braz (2011) ao contextualizar e elucidar sobre a importância da articulação entre o Serviço Social e a comunicação, trata da importância desta para a potencialização do projeto ético-político e ao mesmo tempo da consolidação do código de ética, profissional dos assistentes sociais de 1993, pois o autor defende que a articulação da categoria para debater a construção da direção política da profissão perpassou processos estratégicos de mobilização através de meios comunicacionais. Esse vínculo que se estabelece dentro da categoria, tem seu início ainda na década de 1990, onde entendeu-se que para a consolidação do projeto ético-político seria necessário fortalecer os mecanismos comunicacionais das entidades representativas para com a categoria na defesa das políticas sociais e públicas e da democracia, da contribuição do reconhecimento da comunicação enquanto um direito e um bem público, opondo-se ao oligopólio da comunicação no Brasil, dentre outras questões, esse movimento político também consolidou processos institucionais nestas entidades, assim Braz refere que:

A política de comunicação aprovada pelos assistentes sociais demonstra a maturidade político-profissional que se alcançou, expressa fundamentalmente na compreensão de que o Serviço Social (e os assistentes sociais) tem participação na luta social por uma outra sociedade, livre de qualquer tipo de exploração e/ou dominação e que precisa, para tanto, de construir seus próprios instrumentos de luta, dentre os quais a política de comunicação se destaca (2011, p .387).

Assim, Braz (2011) defende que o Serviço Social precisa da comunicação para manter e fortalecer o norte da profissão elucidado em seu projeto ético-político, e essa defesa deve ser cada vez mais fortalecida, pois

vive-se na condição do sistema capitalista a força dos movimentos conservadores de defesa do capital e da negação de direitos, essa defesa se dá como uma avalanche dentro dos meios de comunicação de massa, que devemos compreender que estes estão em posse da classe dominante, como é o caso do “rombo da previdência social”, na condição de culpabilização dos trabalhadores por este déficit, dentre outros debates que fortalecem a desmobilização da classe trabalhadora e a dolorosa defesa da lógica do capital por parte desta.

O que se percebe a partir destes referenciais como um todo, são os seguintes elementos em comum: O entendimento de que os meios de comunicação de massa são comandados pelas classes dominantes, destacando assim o discurso da defesa do capital; ao mesmo tempo se apresentam as possibilidades através dos meios de comunicação alternativos, e aqui se inserem as rádios comunitárias, pensando que na trajetória da luta da classe trabalhadora que sempre se utilizou destes meios para potencializar suas demandas e articulações, assim entendendo-se e fortalecendo o debate sobre a articulação da mobilização social, palavra bastante evidenciada nas literaturas; nessa condição foi também fortemente tratado sobre a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social a partir de mecanismos como os meios de comunicação, que auxiliaram na construção desse projeto, para um processo hegemônico sobre o pensar e fazer esta profissão.

Assim, compreendendo que estes meios de comunicação e a categoria de assistentes sociais envolvem e possuem consciência da importância destes meios, podemos entender que um trabalhador assistente social, inserido dentro das políticas sociais, possa levar este debate para âmbitos maiores, alcançando usuários/as e outros/as trabalhadores/as das políticas e fomentando o debate nos diversos meios comunicacionais, mesmo compreendendo que nossos maiores aliados serão os meios de comunicação alternativos.

2.1. As rádios comunitárias como instrumento da classe trabalhadora

As rádios comunitárias se constituíram historicamente em meio às disputas dentro das comunidades e se desenvolveram dentre os eixos das rádios revolucionárias, religiosas ou livres (LUZ, 2011). Ou seja, as rádios revolucionárias e seus defensores caminharam na defesa das rádios comunitárias compreendendo que estas deveriam ser aparatos que se direcionam para a crítica e a mobilização das comunidades onde estão inseridas. Haubrich (2017) refere que a comunicação comunitária está inserida em um dos segmentos da mídia alternativa, mas que se deve considerar a maneira como as rádios comunitárias se estruturam, pois muitas das emissoras que se denominam comunitárias na verdade tem caráter comercial.

A partir dessas considerações, as rádios comunitárias se constituem enquanto campo de disputa, mas que são importantes no fortalecimento do debate sobre as políticas sociais, pois se entende que a comunicação é um direito que é garantido pela Constituição Federal de 1988 em seu capítulo V que defende a livre expressão e também carregam os princípios do que futuramente deveria ser a lei de regulamentação dos meios de comunicação, os quais nunca ocorreram no Brasil, e dentre os princípios que se expressam na Constituição, um deles é a condição de que os meios de comunicação não podem ser objetos de monopólio, sendo que este princípio nunca foi cumprido.

As ideias de situação e oposição, maioria e minoria, cujas vontades devem ser respeitadas e garantidas pela lei, vão muito além dessa aparência. Significam que a sociedade não é uma comunidade una e indivisa voltada para o bem comum obtido por consenso, mas ao contrário, que está internamente dividida e que as divisões são legítimas e devem expressar-se publicamente. A democracia é a única forma política que considera o conflito legítimo e legal, permitindo que seja trabalhado politicamente pela sociedade (CHAUÍ, 2002, p.431).

Compreendendo mesmo que de maneira sucinta a difícil trajetória da democracia entre os tensionamentos que se apresentam, é necessário a posição de oposição e resistência para com a realidade que se estampa no contexto das políticas sociais. Nesta condição tratamos de exemplos de rádios comunitárias que trazem em sua construção forte aliança com o movimento sindical, que é o caso da RádioCom da cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul, que buscava aproximar a realidade do centro e da periferia da cidade trazendo o debate sobre os problemas sociais enfrentados (CONRAD, 2013).

Peruzzo (2004) ao abordar a temática da comunicação e dos movimentos populares refere sobre a importância da mobilização para com as demandas emergentes da realidade da classe trabalhadora, principalmente na década de 1980 no Brasil, onde auxiliaram na construção do debate sobre as políticas sociais e da ampliação de direitos sociais no Brasil, fazendo com que essas decisões favorecessem as mobilizações comunitárias. Para além, as expressões da questão social que emergem dessas manifestações são importantes para a tencionar o projeto político, econômico e social vigente.

Mascaro refere em sua obra sobre algumas instituições que não são diretamente controladas pelo Estado, como é o caso dos meios de comunicação, e que esta autonomia pode causar “transformações nos costumes, inovações pedagógicas ou ações orgânicas de profissionais e intelectuais críticos ensejassem uma desestabilização dos padrões gerais da reprodução do capital” (2013, p.84). Porém é necessário pensar que mesmo os meios de comunicação alternativos, como é o caso trazido neste texto, estão inseridos na condição estrutural do capitalismo (MASCARO, 2013).

É necessário compreender a relação estrutural que permeia todos os âmbitos, mesmo em espaços como o das rádios comunitárias que possuem viés reivindicatório e olhar crítico para com a realidade. Quando tratamos sobre este meio de comunicação alternativo, mesmo em meio às fortes contradições, temos a intenção de fortalecer o debate sobre esses espaços, pensá-los enquanto lugares estratégicos para o debate da população como um todo, de perspectiva crítica, onde trabalhadores/as se tornam participantes do processo de debater o rádio enquanto um meio de comunicação com alto potencial de interatividade e de simples e fácil acesso enquanto tecnologia. Ao compreender o papel fundamental da classe trabalhadora, de seu debate, de resistência, de participação e de mobilização para a as suas demandas, ocorre o embate na condição de disputar os interesses dentro do Estado e afinar as políticas sociais com a realidade vivida por aqueles que se inserem no âmbito da seguridade social brasileira. Para instigar essa participação destacamos que as leis que regulamentam a seguridade social (saúde, assistência social e previdência) preconizam em seus textos o direito à informação.

A previdência social que foi a primeira a ser regulamentada refere em seu texto: “Elaborar e manter, devidamente atualizados, os estudos, informações técnicas e outros elementos relativos à administração da previdência social, divulgando-os para conhecimento geral” (BRASIL, 1960). A política de saúde no Brasil, enquanto universal defende: “Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário” e “Art. 47. O Ministério da Saúde, em articulação com os níveis estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde (SUS), organizará, no prazo de dois anos, um sistema nacional de informações em saúde, integrado em todo o território nacional, abrangendo questões epidemiológicas e de prestação de serviços” (BRASIL, 1990). E a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) preconiza: “Direito à informação, enquanto direito primário do cidadão, sobretudo àqueles com vivência de barreiras culturais, de leitura, de limitações físicas” (BRASIL, 2005).

Para ilustrar um dos elos possíveis entre a rádio comunitária, como é proposto no texto, e trazendo este debate para o âmbito do Serviço Social, partimos de um exemplo pesquisado em uma rádio comunitária do município de Nova Friburgo no Rio de Janeiro, onde o radialista entrevistado relatou sobre um comunicado realizado pela prefeitura da cidade cancelando a Conferência Municipal de Saúde (CMS), pois haviam ocorrido pré-conferências, e não seria necessário realizar a CMS, o radialista argumentou que esse tipo de justificativa não poderia ocorrer, pois compreendia que as pré-conferências não anulam a CMS. A partir do momento em que a notícia chegou na rádio comunitária, o radialista acionou os órgãos competentes, como o Ministério da Saúde e o Conselho Estadual de Saúde, assim pressionando e interrompendo os planos de cancelamento sugeridos pela gestão (NETO; PINHEIRO, 2012).

Assim, reforçamos que o tensionamento que é implicado em embates políticos e na defesa dos direitos sociais, mesmo inseridos nas relações sociais que se constroem contraditoriamente no espaço do sistema capitalista, pensam-se as possibilidades a partir de instrumentos como as rádios comunitárias, que têm em suas características a territorialidade, o nascimento nas associações comunitárias de bairro, que também estão permeadas de

interesses, e que têm sua gênese na proposta da reforma agrária do ar (PERUZZO, 2001).

3. CONCLUSÃO

A partir dos/as autores/as apresentados nesta revisão bibliográfica compreendemos a importância de o Serviço Social estreitar laços com a temática da comunicação, e a partir disso, entender os meios de comunicação, e neste caso, os meios alternativos, enquanto ferramentas de potencialização da defesa dos direitos sociais e das políticas sociais enquanto garantidoras destes direitos.

Fica evidente que a classe trabalhadora historicamente se utilizou de mecanismos midiáticos para reivindicar seus direitos e articular suas lutas, assim como acontece dentro do próprio serviço social, que cada vez mais se utiliza de estratégias comunicacionais para dialogar com as bases da profissão sobre os posicionamentos políticos e as frentes de defesa dos direitos sociais. Por isso, compreender as rádios comunitárias enquanto uma estratégia de articulação da classe trabalhadora e trazer este debate para o Serviço Social se constitui necessário em tempos de contrarreformas e destituição de direitos, entendendo que a mídia hegemônica é ferramenta estratégica do grande capital.

Assim, ocupar os espaços nos meios de comunicação alternativos e fomentar a participação dos movimentos sociais é urgente na perspectiva de subverter a ordem das relações capitalistas que criminalizam e invisibilizam a realidade social. Para o Serviço Social cabe compreender e reafirmar a importância da participação popular, da construção coletiva nesses meios de comunicação, e ao mesmo tempo analisar criticamente as informações e posicionamentos que perpassam os meios tradicionais.

REFERENCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988.

_____. Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 set. 1960.

_____. Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 set. 1990.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004 / Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, DF, nov. 2005.

BRAZ, Marcelo. Serviço Social, Comunicação e Projeto Ético-político. In: RUIZ, J.; SALLES, M. (Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 375-390.

CFESS. **Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS**. 3 ed. Brasília, 2016.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 12ª edição. São Paulo, Editora Ática, 2002.

CONRAD, Kalliandra. **Rádios Comunitárias e a Mobilização Social: um estudo sobre as estratégias comunicacionais da RádioCom FM, de Pelotas**. Dissertação – UFSM. Santa Maria, 2013.

CORREIA, Claudia. Desafios da Comunicação para o Serviço Social. In: RUIZ, J.; SALLES, M. (Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 358-374.

ESPÍNDOLA, N. Em defesa do diálogo entre a mídia rádio e o Serviço Social. In: RUIZ, J.; SALLES, M. (Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 214-233.

FIGUEIREDO, K. O Assistente Social na Era das Comunicações. RUIZ, J.; SALLES, M. (Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 323-343.

HAUBRICH, Alexandre. **Mídias Alternativas: a palavra da rebeldia**. Florianópolis: Editora Insular, 2017.

LUZ, D. A Saga das Rádios Comunitárias no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 8., 2011, Guarapuava. **Anais....** Guarapuava, 2011.

MASCARO A. L. **Estado e forma política**. São Paulo. Boitempo Editora, 2013.

NETO, A. PINHEIRO, R. **O que a saúde tem a ver com rádio comunitária?** Uma análise de uma experiência em Nova Friburgo – RJ. UERJ, Rio de Janeiro, 2012

RUIZ, J. Comunicação como um direito humano. In: RUIZ, J.; SALLES, M. (Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. p.82-102.

SALLES, M. Mídia e Questão Social: o direito à informação como ética da resistência. In: RUIZ, J.; SALLES, M. (Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33-82.